


	<p>Prefeitura Municipal de Sobral Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão Universidade Estadual do Ceará – UECE Comissão Executiva do Vestibular - CEV</p> <p>Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos Efetivos com lotação em Secretarias Municipais do Município de Sobral e Formação de Cadastro de Reserva Edital Nº 02/2018 – SECOG/PMS, 13 de abril de 2018</p>	
--	---	---

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

DATA DA APLICAÇÃO: 21 DE JULHO DE 2018

DURAÇÃO: 4 HORAS

INÍCIO: 9 HORAS TÉRMINO: 13 HORAS

Nome: _____	Data de Nascimento: _____
Nome de sua mãe: _____	
Assinatura: _____	Sala Nº _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Boas ações justificam a existência.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- História de Sobral – 05 questões;
- Informática – 05 questões;
- Conhecimentos Específicos – 50 questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 4, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

- SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 70 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item **5 b**), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a. não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b. não assinar a folha de respostas;
 - c. marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d. fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 23 de julho de 2018 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 30 de julho de 2018.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papeis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com o inciso VII do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral, de acordo com o inciso IX do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

LÍNGUA PORTUGUESA

A caminho do brejo

A sociedade dá de ombros, vencida pela inércia

Cora Rónai

1 Um país não vai para o brejo de um momento
2 para o outro — como se viesse andando na
3 estradinha, qual vaca, cruzasse uma cancela
4 e, de repente, saísse do barro firme e
5 embrenhasse pela lama. Um país vai para o
6 brejo aos poucos, construindo a sua desgraça
7 ponto por ponto, um tanto de corrupção aqui,
8 um tanto de demagogia ali, safadeza e
9 impunidade de mãos dadas. Há sinais
10 constantes de perigo, há abundantes
11 evidências de crime por toda a parte, mas a
12 sociedade dá de ombros, vencida pela inércia
13 e pela audácia dos canalhas.
(...)

14 Um país vai para o brejo quando políticos
15 lutam por cargos em secretarias e ministérios
16 não porque tenham qualquer relação com a
17 área, mas porque secretarias e ministérios
18 têm verbas — e isso é noticiado como fato
19 corriqueiro da vida pública.

20 Um país vai para o brejo quando
21 representantes do povo deixam de ser povo
22 assim que são eleitos, quando se criam castas
23 intocáveis no serviço público, quando esses
24 brâmanes acreditam que não precisam
25 prestar contas a ninguém — e isso é aceito
26 como normal por todo mundo.

27 Um país vai para o brejo quando as suas
28 escolas e os seus hospitais públicos são
29 igualmente ruins, e quando os seus cidadãos
30 perdem a segurança para andar nas ruas,
31 seja por medo de bandido, seja por medo de
32 polícia.

33 Um país vai para o brejo quando não protege
34 os seus cidadãos, não paga aos seus
35 servidores, esfola quem tem contracheque e
36 dá isenção fiscal a quem não precisa.

37 Um país vai para o brejo quando os seus
38 poderosos têm direito a foro privilegiado.
39 Um país vai para o brejo quando se divide, e
40 quando os seus habitantes passam a se odiar
41 uns aos outros; um país vai para o brejo
42 quando despenca nos índices de educação,
43 mas a sua população nem repara porque está
44 muito ocupada se ofendendo mutuamente nas
45 redes sociais.

46 O Brasil caminha firme em direção ao brejo há
47 muitas e muitas luas, mas um passo decisivo
48 nessa direção foi dado quando Juscelino

49 construiu Brasília, aquela farra para as
50 empreiteiras, e quando parlamentares e
51 funcionários públicos em geral ganharam
52 privilégios inéditos em troca do “sacrifício” da
53 mudança para lá.

54 Brasília criou um fosso entre a nomenclatura
55 e os cidadãos comuns. A elite mora com a
56 elite, convive com a elite e janta com a elite,
57 sem vista para o Brasil. Os tempos épicos do
58 faroeste acabaram há décadas, mas há os
59 privilégios que foram mantidos, ampliados e
60 replicados pelos estados. De todas as
61 heranças malditas que nos deixaram, essa é a
62 pior de todas.
(...)

Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/a-caminho-do-brejo-20606929#ixzz5H47dDVI5>.
Acesso em 31/05/2018. Adaptado.

01. A respeito do texto *A caminho do brejo*, é correto afirmar que

- A) a exposição apresentada aborda uma questão do mundo fictício, onde os elementos citados referem-se a aspectos simbólicos.
- B) pertence ao campo social-discursivo do jornalismo formador de opinião, que objetiva deixar os leitores mais críticos e conscientes frente a determinadas questões atuais.
- C) o título, por si só, apresenta pistas referenciais que permitem ao leitor antecipar que o texto abordará a situação específica do Brasil.
- D) por adequação às exigências discursivas próprias do campo jornalístico e do suporte em que foi publicado, está expresso com formulações típicas da oralidade coloquial.

02. No que concerne ao plano composicional do texto, é correto afirmar que este

- A) revela um caráter fortemente explicativo, o que compromete seu viés dissertativo-argumentativo.
- B) desenvolve um esquema de argumentação que parte de exemplos situacionais mais específicos para mais gerais.
- C) começa com a explicitação da tese da autora de que um país vai para o brejo tal qual ocorre na comparação ilustrativa apresentada.
- D) é um gênero opinativo, pois um ponto de vista sobre uma questão controversa é apresentado e defendido ao longo de todo o texto.

03. O uso reiterativo do segmento “um país vai para o brejo quando...” provoca no texto um(a)

- A) quebra de paralelismo semântico, pois a construção inicial era “um país não vai para o brejo”, prejudicando o processo coesivo.
- B) pseudo-orientação para os leitores de qual é a temática central desenvolvida, uma vez que não usa o segmento em seu sentido próprio.
- C) indicação do tema central que está sendo apresentado bem como um reforço para a tese defendida.
- D) certo comprometimento linguístico, pois o uso excessivo dessa repetição denuncia limitação de vocabulário para apresentar os argumentos.

04. A respeito da expressão popular “ir para o brejo” presente no texto, é correto afirmar que

- A) foi empregada nos sentidos denotativo (significado próprio, literal) e conotativo (figurado).
- B) foi usada de forma inadequada, pois a expressão é “a vaca foi pro brejo”, e não “um país vai para o brejo”.
- C) faz referência ao sentido original da expressão, quando em tempos difíceis, de seca, o gado parte em direção aos brejos em busca de água.
- D) contrariando a ideia defendida no texto, diz-se que “a vaca foi pro brejo” quando alguma coisa má acontece ou quando algo dá errado.

05. Assinale a opção que difere das demais por **NÃO** apresentar uma ideia explícita de tempo em sua composição.

- A) “Um país não vai para o brejo de um momento para o outro...” (linhas 1-2)
- B) “...representantes do povo deixam de ser povo assim que são eleitos...” (linhas 21-22)
- C) “O Brasil caminha firme em direção ao brejo há muitas e muitas luas...” (linhas 46-47)
- D) “Um país vai para o brejo aos poucos, construindo a sua desgraça ponto por ponto...” (linhas 5-7)

06. A expressão conectiva destacada em “...os seus cidadãos perdem a segurança para andar nas ruas, **seja** por medo de bandido, **seja** por medo de polícia” (linhas 29-32) apresenta valor semântico de

- A) alternância.
- B) condição.
- C) finalidade.
- D) concessão.

07. Assinale a opção em que há a correta identificação do pronome destacado no exemplo e o seu referente.

- A) “... e **isso** é noticiado como fato corriqueiro da vida pública.” (linhas 18-19) — refere-se a “porque tenham qualquer relação com a área”. (linhas 16-17)
- B) “De todas as heranças malditas que **nos** deixaram... (linhas 60-61) — refere-se à autora e aos brasileiros de maneira geral.
- C) “... e **isso** é aceito como normal por todo mundo.” (linhas 25-26) — refere-se a “Um país vai para o brejo”. (linha 20)
- D) “...e os **seus** hospitais públicos são igualmente ruins...” (linhas 28-29) — refere-se a “escolas”. (linha 28)

08. Na frase “De todas as heranças malditas que nos deixaram, essa é a **pior** de todas” (linhas 60-62), para retratar expressivamente sua opinião em relação às heranças deixadas, a colunista se vale do adjetivo destacado no grau

- A) comparativo de superioridade.
- B) superlativo absoluto sintético.
- C) superlativo relativo.
- D) superlativo absoluto analítico.

09. Assinale a opção em que os três exemplos seguem o mesmo processo de formação de palavras.

- A) contracheque – impunidade – representante
- B) desgraça – intocável – servidores
- C) representante – contracheque – igualmente
- D) estradinha – igualmente – poderosos

10. Assinale a opção em que a partícula **se** destacada no exemplo denota a mesma acepção contextual presente em “...quando os seus habitantes passam a **se** odiar uns aos outros...” (linhas 40-41).

- A) “...como **se** viesse andando na estradinha,... (linhas 2-3).
- B) “...porque está muito ocupada **se** ofendendo mutuamente nas redes sociais.” (linhas 43-45).
- C) “...quando **se** criam castas intocáveis no serviço público... (linhas 22-23).
- D) “Um país vai para o brejo quando **se** divide,... (linha 39).

HISTÓRIA DE SOBRAL

11. São municípios limítrofes com Sobral:

- A) Groaíras, Tianguá, Irauçuba.
- B) Santa Quitéria, Mucambo, Itapagé.
- C) Cariré, Canindé, Miraíma.
- D) Irauçuba, Massapê, Granja.

12. Considere as seguintes afirmações a respeito da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA:

- I. A UVA foi reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará no ano de 1994.
- II. O Parecer do Conselho de Educação do Ceará reconhecendo a UVA foi homologado pelo Governador Cid Ferreira Gomes.
- III. Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo foi o fundador e o primeiro reitor da UVA.
- IV. A UVA é uma autarquia estadual.

Está correto o que se afirma somente em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) II e III.

13. A cidade de Sobral, em 1919, foi palco de um evento científico de cunho internacional a partir do fenômeno astronômico denominado de eclipse total do Sol, que permitiu a comprovação da

- A) Teoria da Seleção Natural de Charles Darwin.
- B) Lei de Newton.
- C) Lei de Dalton.
- D) Teoria da Relatividade de Einstein.

14. Foram eleitos para o cargo de prefeito de Sobral:

- A) José Teodoro Soares, Francisco Ricardo Barreto Dias, José Leônidas de Menezes Cristino.
- B) Cesário Barreto Lima, José Parente Prado, Ciro Ferreira Gomes.
- C) José Euclides Ferreira Gomes Junior, Pe. José Palhano de Saboia, Cid Ferreira Gomes.
- D) Joaquim Barreto Lima (Quinca), Pe. José Linhares Ponte, Jerônimo Medeiros Prado.

15. A Diocese de Sobral foi criada, em 1915, pelo Papa

- A) Pio XII.
- B) Bento XV.
- C) João XXIII.
- D) Paulo VI.

INFORMÁTICA

16. Relacione corretamente os periféricos mostrados a seguir com seus respectivos tipos, numerando a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I	Coluna II
1. Dispositivo de Entrada	() Caixa de som
2. Dispositivo de Saída	() Tela touch screen
3. Dispositivo de Entrada e Saída	() Impressora
	() Scanner

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 2, 3, 2, 1.
- B) 2, 1, 3, 2.
- C) 1, 1, 2, 3.
- D) 1, 2, 1, 2.

17. Atente ao que se diz a seguir sobre diretórios e comandos Bash do GNU/Linux, e assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () O `/home` é um dos diretórios com arquivos pessoais do usuário `root` do sistema.
- () O `/etc` é um diretório com arquivos de configuração.
- () O comando `clear` esvazia todo o conteúdo de um diretório, inclusive arquivos escondidos.
- () O comando `rm -i` apaga arquivos sem a necessidade de confirmação.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, V, F.

18. O componente do *hardware* do computador que tem como função interligar diversos outros componentes é a

- A) memória diferida.
- B) placa mãe.
- C) memória intangível.
- D) placa de fase.

19. Angélica enviou um e-mail para três colaboradoras, Luíza, Rafaela e Tatiana, tendo preenchido os campos do destinatário da seguinte forma:

Para: luiza@email.com.br
Cc: rafaela@email.com.br
Cco: tatiana@email.com.br
Assunto: reunião importante

Todas as três colaboradoras receberam o e-mail de Angélica e o responderam através do comando "Responder a todos". Considerando a situação ilustrada, é correto afirmar que

- A) somente Angélica recebeu todas as respostas.
- B) somente Luíza e Rafaela receberam todas as respostas.
- C) todas receberam as respostas umas das outras.
- D) Tatiana não recebeu nenhuma das respostas.

20. No que diz respeito a buscas no site Google.com.br, assinale a afirmação verdadeira.

- A) É possível realizar uma pesquisa filtrando os resultados, por exemplo, por país, idioma e/ou data.
- B) Para fazer a busca por uma frase específica, basta envolvê-la em asteriscos.
- C) A fim de direcionar para o Google Maps a busca por um endereço, basta adicionar "!gm" ao final da cidade pesquisada.
- D) O Google diferencia letras maiúsculas e minúsculas, de forma que a busca por "material de estudo" retorna resultados completamente diferentes da busca por "Material DE Estudo".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que diz respeito à Auditoria Interna, é correto afirmar que os programas de trabalho

- A) compreendem os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
- B) devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.
- C) constituem exames e investigações, incluindo testes, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.
- D) devem considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados.

22. Os procedimentos de Auditoria Interna que visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade denominam-se testes

- A) de inspeção.
- B) de observância.
- C) relevantes.
- D) substantivos.

23. O ceticismo profissional inclui estar alerta, por exemplo,

- A) a condições que possam assegurar a descoberta de fraudes.
- B) à necessidade de afastar todos os riscos de auditoria.
- C) a evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas.
- D) à possibilidade de adoção de mecanismos de prevenção de falhas.

24. As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade. Essas informações são chamadas de

- A) efetivas.
- B) evidências.
- C) eficazes.
- D) eficientes.

25. No que diz respeito à escrituração contábil, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) No Livro Diário devem ser lançadas todas as operações ocorridas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, quando provocarem variações patrimoniais quantitativas.
- B) Documentação contábil compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compoñham a escrituração.
- C) O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- D) Os lançamentos realizados fora da época devida devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do registro extemporâneo.

26. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade são denominados de

- A) capitais.
- B) investimentos.
- C) ativos.
- D) receitas.

27. A situação patrimonial líquida positiva ocorre quando

- A) o ativo é maior que o passivo.
- B) as receitas superam as despesas.
- C) há saldo financeiro disponível.
- D) o passivo descoberto é quase zero.

28. O instrumento contábil elaborado com a finalidade de apresentar todas as contas, com seus respectivos saldos, em termos monetários, sejam devedores ou credores, é o

- A) balanço patrimonial.
- B) elenco de contas.
- C) plano de contas.
- D) balancete de verificação.

29. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade empresarial ou exercidos com essa finalidade são classificados como

- A) intangíveis.
- B) diferidos.
- C) imobilizados.
- D) investimentos.

Para responder às questões 30 a 34, considere as seguintes informações:

Neste mês, a empresa ABC, que adota o sistema de inventário permanente, adquiriu mercadorias para revenda no valor de R\$ 1.000,00, já incluso ICMS de 12%. Além disso, a empresa manteve 25% dessas mercadorias em estoque, vendendo o restante ao preço total de R\$ 1.000,00, já incluso o ICMS incidente no percentual de 18%. Por fim, a empresa pagou R\$ 30,00 de frete na entrega da mercadoria vendida.

30. As deduções da receita bruta totalizaram

- A) R\$ 160,00.
- B) R\$ 180,00.
- C) R\$ 120,00.
- D) R\$ 130,00.

31. A receita líquida foi da ordem de

- A) R\$ 790,00.
- B) R\$ 970,00.
- C) R\$ 940,00.
- D) R\$ 820,00.

32. O custo das mercadorias vendidas foi de

- A) R\$ 780,00.
- B) R\$ 690,00.
- C) R\$ 660,00.
- D) R\$ 750,00.

33. O lucro bruto das vendas fechou em

- A) R\$ 180,00.
- B) R\$ 130,00.
- C) R\$ 120,00.
- D) R\$ 160,00.

34. As despesas operacionais líquidas alcançaram a cifra de

- A) R\$ 120,00.
- B) R\$ 60,00.
- C) R\$ 30,00.
- D) R\$ 90,00.

35. Assinale a opção que apresenta uma conta credora, integrante do grupo patrimônio líquido, nos termos da Lei nº 6.404/76.

- A) Ações em tesouraria.
- B) Reserva de lucros a realizar.
- C) Capital a realizar.
- D) Prejuízos acumulados.

36. As taxas cobradas pelo Município de Sobral, para o funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e similares, decorrem

- A) da prestação de serviços públicos específicos.
- B) da utilização efetiva de serviços públicos.
- C) do exercício regular do poder de polícia.
- D) da utilização potencial de serviços públicos.

37. A incidência do Imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) depende

- A) da legitimidade dos títulos de aquisição de propriedade, do domínio útil ou de posse do bem imóvel.
- B) tão somente com a ocorrência do fato gerador, comprovada pela propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou acessão física, conforme definido na Lei Civil, localizado na Zona Urbana do Município.
- C) do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao bem imóvel.
- D) do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel.

38. Sobre as hipóteses de incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza, é correto afirmar que o referido imposto incide sobre

- A) os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente por meio de autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- B) prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações.
- C) as exportações de serviços, para o exterior do País.
- D) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

39. O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **NÃO** se refere

- A) à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.
- B) ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
- C) ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.
- D) à isenção tributária, pela União, de impostos que sejam de competência dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

40. A autoridade administrativa fiscal terá ampla faculdade de fiscalização, podendo, especialmente,

- A) autorizar, por meio de delegação a pessoa subordinada, fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável.
- B) requisitar auxílio da força pública, na forma e condições previstas em lei, e apreender livros e documentos fiscais, inclusive em meio eletrônico.

- C) exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros comerciais e fiscais, bem como comprovantes dos atos e operações, em meio magnético ou não, que constituam ou possam constituir fato gerador de obrigação tributária.
- D) exigir informações escritas e verbais e o comparecimento de pessoas ao órgão fazendário, para prestar informações e esclarecimentos de interesse do Fisco Municipal.

41. Com base nas normas relativas ao Parcelamento Administrativo de Débitos (PADE), no âmbito do Município de Sobral, é correto afirmar que

- A) no caso de débitos relativos a impostos já lançados, deverá o contribuinte declarar o valor dos serviços prestados, mês a mês, ao Fisco Municipal cabendo àquele aplicar a alíquota e calcular o total do imposto atualizado monetariamente.
- B) podem ser incluídos no PADE os débitos relativos aos tributos municipais, desde que inscritos em dívida ativa.
- C) quando da assinatura do termo de parcelamento, será entregue ao contribuinte, declaração para lançamento do crédito fiscal dos impostos incluídos no PADE.
- D) os débitos relativos a tributos e às multas de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não na dívida ativa podem ser incluídos no PADE.

42. A Constituição Federal, no parágrafo 7º do art.37, diz: “A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas”. Este dispositivo apresenta um exemplo de norma constitucional de eficácia

- A) contida.
- B) pragmática.
- C) limitada.
- D) plena.

43. O controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Federal é

- A) difuso, podendo ser exercido por meio de mandado de segurança coletivo.
- B) incidental, a ser exercido perante os órgãos do Poder Judiciário.
- C) via de exceção, podendo ser exercido perante os Tribunais de Justiça estaduais.
- D) abstrato, a ser exercido exclusivamente perante o Supremo Tribunal Federal.

44. Compete privativamente à União legislar sobre

- A) assistência jurídica e Defensoria pública.
- B) seguridade social, trânsito e transporte.
- C) custas dos serviços forenses e procedimentos em matéria processual.
- D) juntas comerciais, orçamento, direito tributário e financeiro.

45. A Disciplina constitucional aplicada aos servidores públicos, em geral, diz que

- A) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
- B) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime de previdência próprio do ente político que lhe nomeou.
- C) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade, com direito ao recebimento de sua remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro órgão ou cargo.
- D) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar, depois de assegurada, em ambos os casos, a ampla defesa.

46. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a órgãos ou entidades integrantes da Administração pública.

- A) Autarquias em regime especial.
- B) Câmaras municipais.
- C) Sociedades de economia mista.
- D) Consórcios públicos.

47. Para o exame dos casos de responsabilidade civil, por danos causados pelo Estado ou seus agentes, nosso sistema jurídico adotou a

- A) responsabilidade civil subjetiva.
- B) responsabilidade contratual do Estado.
- C) teoria do risco administrativo.
- D) teoria do risco civil integral.

48. Sobre a alienação de bens da Administração Pública, é correto afirmar que

- A) a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação prévia e dependerá sempre de licitação pública.
- B) a Administração Pública poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.
- C) os bens da Administração Pública, adquiridos em decorrência de procedimentos judiciais só poderão ser alienados se houver prévia autorização legislativa e comprovação da existência de interesse público.
- D) os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, com dispensa de licitação, condicionada à avaliação dos bens alienáveis e à comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.

49. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, o que obriga o poder concedente a publicar, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- B) a concessão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo Poder Público à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- C) a permissão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo Poder Público, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- D) tanto a permissão como a concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante convênio, que deverá observar os termos exigidos em lei e no edital de licitação.

50. Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, no seguinte caso:

- A) bilateralmente, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei.
- B) por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- C) por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- D) unilateralmente pela Administração, quando conveniente ao interesse público realizar a substituição da garantia de execução.

51. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. Nesse contexto, é correto afirmar que esses instrumentos

- A) terão caráter vinculante, por tempo indeterminado, em relação ao órgão ou entidade a que se destinam.
- B) poderão ter caráter vinculante, até ulterior decisão, nas esferas administrativa, controladora e judicial.
- C) só terão caráter vinculante quando exarados por órgãos dotados de poder decisório.
- D) terão eficácia erga omnes, se preenchidos todos os requisitos necessários à validade do ato.

52. O negócio jurídico é anulável quando

- A) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- B) não revestir a forma prescrita em lei e tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- C) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, impossível ou indeterminável.
- D) existir vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

53. As prefeituras municipais são

- A) entes dotados de personalidade jurídica.
- B) pessoas jurídicas de direito público interno.
- C) órgãos despersonalizados.
- D) unidades da Federação.

54. No que diz respeito aos bens públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a inalienabilidade consiste na regra geral de que os bens públicos não podem ser alienados.
- B) observadas as exigências legais, os bens públicos dominicais podem ser alienados.
- C) os bens públicos, quando comparados com os bens privados, têm um tratamento peculiar no ordenamento jurídico.
- D) a proibição de alienar bens públicos de uso comum do povo não admite ressalvas.

55. De acordo com o Código Civil, pode(m) ser objeto de penhor

- A) os direitos, suscetíveis de cessão, sobre coisas móveis.
- B) as estradas de ferro, aeronaves e navios.
- C) o direito de uso especial para fins de moradia.
- D) os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles.

56. Assinale a opção que corresponde ao tipo societário cuja atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

- A) Sociedade em Comandita Simples.
- B) Sociedade Simples.
- C) Sociedade em Comum.
- D) Sociedade em Conta de Participação.

57. A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete

- A) a qualquer pessoa eleita pelos sócios.
- B) apenas ao sócio majoritário.
- C) separadamente a cada um dos sócios.
- D) conjuntamente a todos os sócios.

58. Em se tratando de Sociedade Limitada, é correto afirmar que depende(m) da deliberação do Conselho Fiscal:

- A) a destituição dos administradores, a nomeação e destituição dos liquidantes, e o julgamento das suas contas.
- B) a convocação de assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de trinta dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.
- C) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação.
- D) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato, a modificação do contrato social e o pedido de concordata.

59. As sociedades anônimas, reguladas pela Lei nº 6.404/76, podem criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal, estranhos ao capital social. Esses títulos são denominados

- A) ações ordinárias.
- B) bônus de subscrição.
- C) debêntures.
- D) partes beneficiárias.

60. No que concerne às espécies tributárias, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Ressalvadas as contribuições, cuja competência para instituí-las é exclusiva da União, os entes federados poderão, nos limites de suas respectivas competências tributárias, instituir as demais espécies tributárias previstas no ordenamento jurídico brasileiro.
- B) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- C) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- D) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

61. Compete a todos os entes da Federação a instituição de contribuições.

- A) de intervenção no domínio econômico.
- B) de interesse das categorias profissionais.
- C) econômicas e sociais.
- D) para o custeio do regime próprio de previdência de seus servidores.

62. A proibição constitucional de os entes federados cobrarem tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou **NÃO** se aplica ao imposto sobre

- A) propriedade territorial urbana.
- B) renda e proventos de qualquer natureza.
- C) produtos industrializados.
- D) serviços de qualquer natureza.

63. Por determinação constitucional, o governo federal transfere, mensalmente, às prefeituras municipais, recursos financeiros do Fundo de Participação dos Municípios. É correto afirmar que a receita desse Fundo decorre de parte do produto da arrecadação dos impostos

- A) de competência da União, excluídos os impostos de importação e exportação.
- B) sobre produtos industrializados e sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- C) de competência da União, excluído apenas o imposto sobre a propriedade territorial rural.
- D) e taxas federais, incluindo as contribuições, exceto as sociais e previdenciárias.

64. À luz das normas gerais de direito tributário, é correto afirmar que, para qualificar a natureza jurídica específica de um tributo, é *condição "sine qua non"*

- A) a denominação prevista no texto constitucional vigente.
- B) a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- C) as características formais de cada tributo fixadas em lei.
- D) a determinação do fato gerador da respectiva obrigação.

65. No que concerne à competência tributária, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A atribuição constitucional de competência tributária exclui a competência legislativa plena, em razão das limitações constitucionais ao Poder de tributar.
- B) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- C) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- D) O não-exercício da competência tributária pode, nas hipóteses previstas em lei, outorgá-la a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição Federal a tenha atribuído.

66. O Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, tributo de competência municipal, incide sobre a prestação de serviços de

- A) comunicação telefônica.
- B) fornecimento de energia elétrica a órgãos públicos.
- C) transporte intermunicipal e interestadual.
- D) fornecimento de água a repartições públicas.

67. A legislação tributária que regular – seja em caráter geral, seja especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar – a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação deve ser aplicada apenas às pessoas

- A) consideradas como contribuintes ou não, exceto às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- B) jurídicas, que sejam contribuintes do tributo a que se refira, inscritas ou não no cadastro próprio.
- C) contribuintes ou não, inclusive às imunes e às que gozem de isenção de caráter pessoal.
- D) naturais residentes e domiciliadas no País, obrigadas à inscrição no cadastro de pessoas físicas contribuintes.

68. Em relação à capacidade tributária passiva, é correto afirmar que

- A) não depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- B) configura a capacidade econômica do contribuinte em sujeitar-se à imposição tributária.
- C) depende da capacidade civil do sujeito passivo para realizar o fato gerador da obrigação tributária.
- D) não pode ser imposta aos loucos de todo o gênero, quando comprovada sua plena incapacidade para a prática de atos civis.

69. A multa aplicada pelo Fisco, por descumprimento de obrigação acessória relativa ao imposto sobre serviços de qualquer natureza,

- A) equipara-se a tributos, para efeitos fiscais, conforme jurisprudência pacífica do STF.
- B) não tem a natureza de tributo por ser uma penalidade de caráter administrativo-fiscal.
- C) tem a natureza de tributo porque resulta da conversão de obrigação tributária acessória em principal, nos termos do Código Tributário Nacional.
- D) não tem a natureza de tributo por constituir sanção de ato ilícito.

70. Com base nas normas legais sobre lançamento do crédito tributário, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A impugnação do sujeito passivo não suspende a exigibilidade do crédito tributário lançado e regularmente notificado.
- B) O lançamento do crédito tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- C) O lançamento regularmente notificado não pode ser alterado por iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
- D) O lançamento regularmente notificado só pode ser alterado em virtude de recurso de ofício.